

Ambiente e Economia

João de Quinhones Levy*

Durante os últimos três anos foram muitos os indicadores que mostraram que a economia no País estava a entrar em derrapagem. O produto interno bruto, a taxa de inflação, o crescimento económico do País, a balança de pagamentos e, até, o nível de confiança dos empresários na forma como estava a ser conduzida a economia do País, foram sinais suficientes.

Com o autismo característico dos governos portugueses, todos aqueles que chamaram a atenção para este facto foram apelidados de traidores, de contra poder, de velhos do Restelo, etc. Mesmo quando organismos da Comunidade apresentaram indicadores que confirmaram o cenário negativo, o Governo foi lesto em apurar que estes indicadores internacionais estavam errados, e que o cenário Português era bem mais optimista.

O caso tornou-se bem diferente quando responsáveis do partido governamental começaram também eles próprios a alertar para a perigosidade da situação e nessa altura, que é a actual, já nada se pôde fazer, a não ser confirmar que a economia Portuguesa entrou em derrapagem.

Muitas são as razões que levaram a esta situação, aliás os economistas são pródigos em saber explicar o passado, mais difícil é saber prever. O actual cenário Português é fácil de explicar, a prática dos últimos três anos só poderia ser conducente aos indicadores agora obtidos, um aumento excessivo da administração pública, um peso enorme do Estado, um despesismo desenfreado, um descontrolo das contas públicas e, ao mesmo tempo, um não acarinamento daqueles que são os responsáveis pela produção nacional, as empresas portuguesas, os empresários portugueses; todos aqueles que produzem riqueza e todos aqueles que pelo pagamento dos seus impostos contribuem para o orçamento do estado.

*Engenheiro Civil Sanitarista
Doutor em Engenharia Civil

Feito o diagnóstico da situação, encontradas as causas, o próprio Governo, nas suas 50 medidas, tem intenção de reduzir o peso do Estado, por exemplo, por cada quatro funcionários do Estado que abandonam essas funções, apenas poderá entrar um - esta é certamente a teoria. A prática, contudo, continua a ser bem diferente. A nível do ambiente que é certamente um dos sectores que terá um grande crescimento na próxima década, a prática é contrária a toda esta teoria. O peso da administração pública aumenta, enquanto o envolvimento dos privados diminui. Os privados não são chamados para contribuir para o desenvolvimento deste sector e todo o aparelho do Estado, através da Administração Pública, de empresas públicas, de instituições, de organismos, continua a aumentar de peso.

O governo justifica a sua actuação afirmando que os sistemas de água, de águas residuais e resíduos sólidos são estruturantes e por isso devem ser controladas pelo Estado, pois só este garante um serviço de boa qualidade a um baixo preço. Esta posição do Governo não tem a aceitação dos privados. Estes têm desde os últimos cinco anos protestado com esta política, em total oposição com o que foi acordado na década de 90.

Existem razões que levam a contestar a política do Governo, irei aqui defendê-las como justificação da razão e da justeza da posição dos privados.

Começarei pela primeira razão, esta associada à economia do País. O País tem a sua economia em baixo. Todos os indicadores são claros, uma das medidas para inverter a situação é a de reduzir o peso do Estado. Não se compreende assim, como é que se continuam a criar estas empresas de capitais públicos para controlar as águas de abastecimento, os resíduos, as águas residuais.

São empresas que cedo se tornarão pesadas devido à estrutura que estão a tomar. São empresas que não têm como objectivo apenas a gestão ou a coordenação, mas são empresas que a pouco e pouco aumentarão a sua actividade e da gestão passarão à operação e porque não, ao projecto e à construção.

Se há que diminuir o peso da Administração, estas empresas deverão apenas ser gestoras ou mesmo ceder o seu lugar aos privados.

O facto dos privados só pretenderem o lucro enquanto o público se preocupa com o serviço é outra das razões mais avançadas para justificar a política do Governo. Nada mais errado e nada mais falso nesta afirmação. Se recuarmos uns anos atrás, à data em que não existiam companhias privadas de comunicação, quando não existia Telecel, nem a Optimus, quais eram os preços e as taxas da TMN? Eram exageradíssimos! Tanto que eram exageradíssimos que assim que começaram as empresas privadas a trabalhar, as tarifas caíram semana após semana. O utilizador do telefone fixo tinha tarifas das mais elevadas a nível Europeu e nem direito à justificação das chamadas tinha. Eram queixas, muitas as queixas, portanto não nos parece que esta justificação possa ser aceite. Também nos podemos lembrar que durante anos os municípios (Administração Pública local) foram os únicos responsáveis pela distribuição de água, pela recolha de resíduos, recolha das águas residuais, isso é, um serviço público prestado pelo sector público mas, como é reconhecido por todos, de baixa qualidade. Parece pois que cai pela base esta afirmação de que o sector público é garante da qualidade.

Relativamente a este ponto, há que ter presente o triângulo de satisfação que só é conseguido quando nos três vértices temos o prestador de serviços, o consumidor e o que fiscaliza.

Sabemos bem e em Portugal sentimos isso todos os dias, que se não houver fiscalização, o serviço não é efectuado em condições. Ora, em contratos com privados há penalizações, há controlo que é feito por aquele que concessiona. No Estado, a prática mostra que não. Nunca vimos uma câmara, ou um organismo público, ou uma E.P. ser penalizada por não tratar as águas residuais ou os resíduos, nunca vimos que fosse penalizada por distribuir água em más condições. Sabemos bem que o Estado se protege a ele próprio e que não se fiscaliza a si próprio. Só quando um serviço é fiscalizado é que se pode ter qualidade. Como o Estado não se controla a si próprio, é mais fácil um serviço ser de qualidade quando é prestado por um privado que é fiscalizado do que quando é prestado pelo sector público.

O custo dos serviços é outra das razões apontadas para a existência das empresas públicas. Um privado só pensa no lucro enquanto o sector público serve melhor minimizando os custos. É perfeitamente falso. Compara-se um contrato de concessão

entre uma Câmara e um privado com um contrato entre o Estado Português e a AdP. No primeiro, o privado é obrigado a fixar a tarifa para os próximos 30 anos, baseado nos investimentos que tem que discriminar. No contrato com a AdP, os custos que norteiam a tarifa são calculados sem quaisquer limitações, não há a necessidade de olhar para a concorrência, pois que esta não existe. São colocados todos os custos parciais considerados adequados e sobre estes custos é aplicado o lucro de 7 a 8%, função da rentabilidade das Obrigações do Tesouro acrescida de 3%. Se mesmo assim se verificar que não há equilíbrio económico/financeiro, o Estado português permitirá que sejam revistas as tarifas por forma a encontrar-se esse equilíbrio, ou seja, é um cheque em branco que os municípios estão a passar à Águas de Portugal para que esta faça a gestão dos seus sistemas. Em conclusão, podemos dizer que os preços são mais seguros num contrato com privados do que com o Estado.

Um quarto argumento para justificar a existência dos sistemas multimunicipais tem a ver com a necessidade de se criar a dimensão. É certo que o factor de escala é extremamente relevante em obras de engenharia sanitária pois que, à medida que uma infra-estrutura serve um maior número de habitantes, o seu custo por habitante diminui.

É de facto uma razão para se criarem sistemas com dimensão, é razão para que os municípios se associem e criem sistema multimunicipais, não é justificação para criar um sistema gerido pela Administração Central.

Não se compreende porquê entregar 51% de uma empresa multimunicipal a uma terceira que não é nem cliente, nem o capitalista que vai entrar com dinheiro. É apenas uma empresa que faz de entidade gestora. Pergunta-se porquê 51% e também se pergunta porque não deverão ser os municípios a entregar a gestão das infra-estruturas, através de concursos públicos, à empresa ou empresas que melhor proposta apresentarem. A situação que está a ser criada no país não é a que melhor vai servir os utilizadores, porque os custos não serão certamente os mais baixos e porque, não há razão alguma para que o poder decisório pertença a uma entidade da administração central, longe dos utilizadores, em vez de pertencer à administração local. Note-se que os sistemas multimunicipais não vão receber mais ou menos financiamento do QCA III em função da quota da AdP, o fundo de coesão tem apenas a ver com o valor das infra-estruturas e nunca com a forma como é distribuído o capital social da empresa pública.

Concluo com uma quinta justificação para defender a posição dos privados e que é a da rentabilidade, indicador que tem a ver com a necessidade de criar futuro para os profissionais do nosso País. O futuro de um País cria-se com empresas, que começam pequenas que se vão desenvolvendo, se vão juntando, se vão separando, mas que a pouco e pouco vão crescendo, vão tendo peso e acabam ao fim de 10-15 anos por serem empresas com facturações importantes. É normal que um País em que o seu produto nacional bruto advém essencialmente das pequenas e médias empresas, acarinhe e crie meios para que estas se desenvolvam. Deve criar-lhes negócio, deve acompanhá-las, deve pugnar pelo seu desenvolvimento para que venha a retirar em poucos anos os devidos rendimentos.

Recordemos que sobre estas pequenas e médias empresas há 35% de impostos. Se estas empresas não tiverem lucros, por maiores ou menores que sejam os impostos, não há receitas e o país não poderá evoluir.

Sendo o ambiente uma das áreas que melhor pode propiciar a criação de novas empresas, toda a política governamental deve assentar em princípios tendentes ao desenvolvimento empresarial. É por esta razão que os privados deste País reclamam contra a política do Governo

A orientação actual visa controlar um sector do Ambiente que é considerado estrutural, quando o grande objectivo deveria ser coordená-lo e fomentar o desenvolvimento económico.

Este desenvolvimento em nada restringirá o poder do Estado. Este tem que compreender que pode controlar e fiscalizar sem ter que fazer parte do capital social das empresas.

A Administração Pública deve ser pequena, formada por quadros de grande experiência, bem pagos e que não vejam no privado um concorrente. Esses técnicos da Administração Publica deveriam coordenar e fiscalizar o trabalho das muitas empresas privadas.

Devem continuar a criar-se sistemas multimunicipais mas os municípios devem associar-se livremente e, de seguida, concessionar a terceiros as diversas actividades.

Ainda há tempo para voltar atrás. Há que aceitar que se a economia do País entrou em derrapagem é porque a política que o Governo estava a seguir não era a mais adequada.

Se há que reduzir o peso da Administração Pública, então que o Governo ponha em prática as medidas que ele próprio enunciou. Reduza o peso do Estado e acredite nos Privados.

Lisboa, 12 de Julho de 2001